

A LÍNGUA E O CONHECIMENTO: UM PASSEIO PELA MEMÓRIA

Lúcia Helena Lopes de Matos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

A atribuição de sentidos em uma língua depende da memória armazenada nos espaços mentais de sujeitos sociais, sendo os significados construídos pelos participantes de um jogo marcado a priori pela história e pela ideologia. O sujeito é o centro de um processo em constante redefinição, já que os sentidos são gerados (a) levando em conta a bagagem cognitiva acumulada na memória que transita entre a inovação e o coletivo, e (b) pelos multitextos do universo discursivo de cada um dos integrantes da relação comunicativa. As variáveis na regra do jogo atuam para que os usuários construam tanto uma representação de texto quanto todo um contexto sociodiscursivo.

É importante, então, que, como professores e pesquisadores de linguagem, formemos pessoas capazes da autoconstrução do conhecimento e críticos o suficiente para tecer outra história, cuja autoria leve a marca da identidade.

Palavras-chave: memória social, linguagem, significados, conhecimento

LANGUAGE AND KNOWLEDGE: A TOUR ACROSS MEMORY - ABSTRACT

Meaning generation in a language results from knowledge mentally stored by social subjects; that is, from meanings generated with a priori historic and ideological marks of their users. The subject lies at the center of a dynamic game of meaning generated on the basis of [a] the cognitive storage in memory, which moves between innovation and a collective subjects; and [b] the multi texts at play in a wider discursive context . Players work on incoming variables to the rules in order to build not only text representation but also a wider social discursive context. Therefore, commitment to language scholarship and teaching requires enabling language users to sort out subjection to language from possibilities to leave their fingerprints on a story of their own.

Keywords: social memory, language; meaning; knowledge.

O estudo dos processos de construção do conhecimento veio abrir um amplo campo de investigação que precisa do aporte de diferentes disciplinas para explicar o que ainda permanece como anseios do homem. O conhecimento demanda esforço e uma prontidão para as significâncias do mundo; daí podermos dizer que aprender é andar, saindo de um ponto zero e seguindo por um caminho em espiral, cujo diâmetro vai aumentando à medida que alargamos nossas experiências. É entendendo os miúdos da vida, sua concretude, suas leis físicas e biológicas, automatizados pela banalidade do uso, que podemos dimensionar o que não está ao acesso dos olhos e da razão. Dessa forma, vamos amadurecendo as estruturas que permitem fazer as relações para além do referencial.

Esse lento se fazer para crescer é o próprio movimento da natureza observável nos movimentos de construção do sujeito como ser cultural. Precisamos ler a cartilha para ler o mural e daí ler o manual, o receituário, o jornal; ler a carta de amor e a troça de humor; a história em quadrinhos e o quadro de arte; a publicidade mercadológica e a propaganda eleitoral. Enfim, precisamos aprender a ler a vida que se tece em textos cujos “vazios” serão preenchidos por nossa criação. Somos criadores e criaturas num mesmo texto.

No entanto, não há texto literal, tudo é e não é, o direito tem o avesso e por trás do aparente há a metáfora revestida em linguagem sempre à deriva.

Esse é o trabalho que sedimenta o caminho para entender o que é básico em sua essência e que vai ser conhecido não só como enigma, mas também como experiência sedimentada na memória a partir da nossa percepção corpórea, dos nossos movimentos espaço-temporais, do que vimos, ouvimos, falamos e lemos, ou seja, da nossa interação físico-psíquico-social; ou seja, de tudo que transformamos em conhecimento e armazenamos em domínios cognitivos resgatáveis pela memória no momento que precisamos facilitar o difícil, nomear o indizível, sintetizar o analítico.

Segundo essa perspectiva, somos a soma de nossa herança biológica, social e histórica, sendo através da linguagem e da cultura que nos constituímos em seres cognoscentes. Logo a língua é mais do que instrumento de conhecimento; é constitutiva dele.

Existe, por um lado, uma língua subjetiva ou “imaginária” que corresponde à fixação do sistema; e, por outro, uma língua que se realiza concretamente sem amarras e que está discursivamente marcada pela historicidade e pela maneira como seus falantes se constituem, ao mesmo tempo que atribuem os significados. Assim sendo, a língua é incubadora da identidade, reproduz significados que se deslocam afetados pela memória e é submetida ao movimento da ideologia imposto pela história, estando, portanto, atrelada a aspetos políticos e éticos.

A produção do conhecimento e a formação do “sujeito social”, no nosso caso o brasileiro, passam, segundo crê Eni Orlandi (2002: 16), pela maneira como a língua é ensinada, como se trabalha a questão da cidadania – os aspetos identitários da nossa brasilidade – e como a memória coletiva se constrói na dialética do lembrar e do esquecer.

Dois discursos podem trabalhar com os mesmos elementos semânticos e revelar duas visões de mundo totalmente diferentes, por exemplo, uma positiva e uma negativa. Um texto oral ou escrito pode revelar valores que determinam a legitimidade do saber do poder ou da submissão. Por exemplo, a palavra medo varia de sentido no tempo e no espaço, dependendo do contexto histórico-social em que circule. Certamente, nos anos difíceis da ditadura, para os ativistas políticos não era o mesmo que hoje assume para a população dos grandes centros, a qual vive ameaçada pela violência urbana. Assim como o nacionalismo pregado naquela época pelos militares do poder não era o mesmo que se cantava na música popular brasileira de resistência.

O caráter referencial da língua com a intenção de apreender o real é questionado na medida em que esta verdade é sempre uma máscara que encobre as “ordens discursivas que regem o que deve ser dito e o que deve ser calado e os próprios sujeitos não estão isentos desses efeitos” (COSTA, 2000: 32). É instrumento de poder e sujeição tanto em esferas micro quanto macrossociais. A verdade pode ser manipulada por sistemas conceituais representados por metáforas usadas por lideranças políticas, religiosas, empresariais e midiáticas.

Etimologicamente, indivíduo é o eu indivisível; hoje, no entanto, esse valor etimológico se perdeu, e o indivíduo é um sujeito polifacetado, pertencente, na grande

maioria, a comunidades linguisticamente pluralistas e assujeitado a um discurso globalizante, discurso esse que está a serviço de uma ordem que estabelece a ambiguidade tanto no aspeto pessoal quanto social.

Os sujeitos estão em constante processo, num redemoinho de informações que resvala para o campo dos significados. A política, a economia, as ciências, as artes saem do círculo fechado dos privilegiados e encostam no cotidiano do cidadão comum, com uma vitalidade terminológica que atravessa as fronteiras do regional, do nacional para intercambiar as experiências afetivas (que afetam) do sujeito. A novidade muito rapidamente se espalha e entra na esfera do convencional, perdendo o caráter de excecionalidade. Tal dinamismo é tão surpreendente que a memória vai iluminando e apagando conceitos e imagens numa velocidade que ressignifica nosso entendimento de tempo e espaço.

As ciências humanas já deram conta tanto de que vivemos em um mundo ideologizado quanto de que o homem vive a angústia da fragmentação e da evanescência do conhecimento imposto pelas instituições político-culturais. É premente incitar os indivíduos à suspeita e instigar a curiosidade, chegando ao ponto ideal de abstrair situações que se lhes apresentem como unívocas. Urge encontrar saídas para a crise da contemporaneidade.

Felizmente não é só no texto escrito em que se instauram os sentidos. O mundo é um texto que alguns leem intuitivamente e atribuem significados, ficando então esses leitores aptos a interpretar o seu assujeitamento, o que os levam, assistematicamente, a desenvolver tanto a capacidade crítica de se indignar em relação ao status-quo, quanto a capacidade de reescrever um outro texto para a história.

Já que os significados podem se estabelecer no “espaço dialético dos antagonismos, da contradição” (SOARES, 1995: 28) e já que a linguagem não é só representação nem só interação comunicativa, mas é o lócus da construção dos sujeitos e dos sentidos, resta ainda a possibilidade de construir cognitivamente mundos possíveis. A linguagem não serve como espelho dos pensamentos articulados na memória, ela filtra-os; e a história já provou que é viável subverter a ordem e

descobrir novas relações que permitam ao homem atuar sobre a natureza e modificar o seu curso.

No espaço social privilegiado em que nos encontramos, com acesso aos mecanismos de competência para a produção de textos mais polissêmicos e menos parafrásicos, próximos, tanto do pólo científico quanto do didático, precisamos ter consciência de que essa é uma prática de complexas funções as quais nos habilita a pensar, refletir, interpretar e criar novos modelos, já que em outros níveis também somos determinados por ideologias outras.

Ainda na esteira da reflexão, podemos levar, também, nossos alunos a avaliar que seu aprendizado pode ser definido por um processo de identidade através da língua/discurso cujo processo de significação é deslizante e acionado por uma memória semântica que, processada pela história, pode operar construtivamente na ressignificação de outros textos.

Esse mecanismo exige sujeitos não engessados em convicções pré-estabelecidas e cuja memória, discursivamente construída no social, se estabeleça com espaço de desdobramentos e polêmicas, a fim de resultar o conhecimento de língua que o conduzirá à reflexão entre unidade e dispersão, variação e sistema. Estabelecem-se, dessa forma, os conceitos de identidade e diferença, que se organizam signitivamente no seu espaço interno e na alteridade com o Outro.

É na práxis que as estruturas vão se consolidando na tentativa de nomear, “identificar, segmentar, distribuir e combinar as unidades de diferentes níveis que compõem a gramática das línguas” (CHIAVEGATTO, 2002:167) em uma rede de correlações.

A língua é constituída pela memória dos usos em cuja diversidade vigoram vozes que embutem, além dos proferidores, as condições de proferimento, constituindo virtualidades para se fazerem ouvir em circunstâncias diversas e servirem de esteio para a produção e interpretação de novas representações. Como diassistema, comporta inúmeros outros sistemas prenes de “micromundos, quadros, cenários – culturais, sociais, religiosos, regionais, ideológicos, profissionais, etários e

outros – que ficam plasmados e memorizados nas unidades lingüísticas” (FONSECA, 1991: 276). É a agregação de todos esses elementos ao sistema que vai dar forma aos discursos, que por natureza são polifônicos e dialógicos, na medida em que pressupõe uma interação entre o EU e o TU. Dessa interação emerge a alteridade e a intersubjetividade, não podendo, portanto, nenhum desses interlocutores (EU e TU) se fecharem em si mesmo, pois esse espaço interacional é um lugar de troca e relações polêmicas ou contratuais.

Produzimos linguagem como forma de expressão e comunicação, e nenhuma prática lingüística é ingênua ou casual, mas é antes de tudo uma atividade crivada de pistas que orientam os recetores e despertam, num exercício automático, os conhecimentos acumulados ao longo da história de cada um. É, pois, tanto no aspeto da produção quanto no da compreensão, um conjunto de estratégias cujo emprego deve levar em conta que os sujeitos envolvidos no jogo da interlocução não se limitam mais ao autor/locutor e recetor/alocutário. Deve-se, ao contrário, considerar que os participantes de uma determinada formação discursiva se multiplicam em papéis diferentes, dependendo da imagem que cada um faz do outro. Assim é possível para o emissor representar, projetar virtualmente o seu recetor e traçar estratégias específicas para atingi-lo; já ao recetor cabe imaginar o seu parceiro nesse jogo, o lugar que ele ocupa, as estratégias que utiliza, a maneira como enfoca o assunto. Dependendo do cenário histórico-social em que um discurso se atualiza, todos esses papéis se alterarão, havendo, conseqüentemente, uma mudança enunciativa e uma substituição de sujeitos.

A racionalidade, o positivismo cartesiano são, hoje, mitos do passado e o homem acaba por aceitar a sua condição determinada por agentes nem sempre visíveis, sabendo, entretanto, que os discursos oriundos de uma memória legitimada pela cultura/ideologia devem, na medida do possível, passar pelo crivo da crítica para que se tenha uma compreensão de mundo menos ingênua. Além do mais, essa perspicácia para ler o mundo, a sua própria vida, os aspetos cotidianos que estão rotulados pela cristalização pode levá-lo a uma prática transformadora da realidade e capacitá-lo para a produção de um texto mais autoral no seu universo social.

Quando se sabe que através da língua se utilizam estratégias argumentativas para afetar o Outro, já se entra no jogo da linguagem com um olhar mais arguto, canalizando a atenção para os fatos da língua, buscando as marcas de orientação para os implícitos e o nível semântico subjacente à superfície linguística.

Enfim, esse é o usuário da língua que queremos formar. Como sempre haverá armadilhas capazes de nos capturar, alunos e professores também trocarão de papéis, pois estarão sempre em constante processo, num constante devir. O estudioso da língua deve se formar alerta para a fluidez e a permanência do discurso, segundo Oliveira e Orrico (2005: 87), e para a linha tênue entre o individual e o social, pois é aí, na língua, que se desvelarão as “construções identitárias e culturais que nações, grupos, povos e comunidades projetaram para si, no presente e para os demais no futuro.” (idem,2005:87).

BIBLIOGRAFIA CITADA:

BIRMAN, Joel (2000). “Subjetividade, contemporaneidade e educação.” In CANDAU, Vera Maria (org.). *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender - X ENDIPE*. Rio de Janeiro: DP&A.

CHIAVEGATTO, Valéria Coelho (2002). “Gramática: uma perspectiva sócio-cognitiva.” In CHIAVEGATTO, Valéria Coelho, org. *Pistas e travessias II*. Rio de Janeiro: Eduerj

COSTA, Marisa Vorraber (2000).” Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura.” In CANDAU, Vera Maria, org. *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender - X ENDIPE*. Rio de Janeiro: DP&A.

FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO E. G. D. (2002). *Linguagem, Identidade e Memória Social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A.

FONSECA, Joaquim (1991). “Heterogeneidade na língua e no discurso”. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II série, v.7, p. 261-304.

HALBWACHS, Maurice (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (2005). "Memória e Discurso: um diálogo promissor." In GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera, org. *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ORLANDI, Eni P. (2002). *Língua e conhecimento linguístico: Para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez.

SILVA, Augusto Soares da (2002). "Porque e como é que surgem novos significados? Prototipicidade e eficiência cognitiva e comunicativa." Separata do livro *História da Língua e História da Gramática*. Atas do encontro. Coleção Poliedro 11. Braga (PT).

SOARES, Magda Becker (1995). "As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto." In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura, Perspetivas interdisciplinares*. São Paulo: Ed. Ática, p. 18-29.